



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

01/09/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Governo propõe salário mínimo de R\$ 1.302 em 2023, sem aumento real pelo 4º ano seguido

O governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) encaminhou ao Congresso Nacional nesta quarta-feira (31) uma proposta de Orçamento que prevê um salário mínimo de R\$ 1.302 para 2023, sem aumento real pelo quarto ano seguido.

A última vez que o piso nacional foi reajustado acima da inflação foi no início de 2019, em um decreto assinado por Bolsonaro, seguindo a política de valorização aprovada em lei ainda no governo Dilma Rousseff (PT).

A vigência dessa política terminou justamente em 2019. Desde então, o atual governo tem optado por apenas recompor a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), ajuste que é obrigatório para assegurar a manutenção do poder de compra dos trabalhadores.

O valor proposto pelo governo representa R\$ 90 a mais em relação ao piso atual, fixado em R\$ 1.212.

A cifra também ficou R\$ 8 acima dos R\$ 1.294 estimados em abril, quando o governo apresentou o projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Entre o envio da LDO e a fixação de novos parâmetros para elaborar o Orçamento, as projeções para a variação do INPC neste ano aumentaram. No início de julho, o Ministério da Economia estimou uma alta de 7,41% no índice — valor usado na previsão do Orçamento.

Nas últimas semanas, porém, as projeções do mercado financeiro para a inflação arrefeceram, na esteira da redução de tributos sobre combustíveis.

Caso essa tendência se mantenha, o reajuste pode ser eventualmente menor. O valor efetivo do salário mínimo em 2023 só será conhecido no fim do ano, quando o presidente editar a MP (medida provisória) com o novo piso.

Neste ano, por exemplo, o salário mínimo deveria ser de R\$ 1.212,70 —ou R\$ 1.213 com o arredondamento habitual. Mas o governo tinha uma previsão menor para a inflação e acabou fixando o piso em R\$ 1.212, R\$ 1 abaixo do necessário.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 01 de setembro.

Teto do INSS pode chegar a R\$ 7.612 em 2023

O teto das aposentadorias e demais benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) pode subir dos atuais R\$ 7.087,22 para R\$ 7.612,38 em 2023, conforme previsão de inflação para este ano —7,41%—, que consta no Orçamento de 2023, protocolado no Congresso nesta quarta-feira (31).

Na peça orçamentária, o governo prevê que o salário mínimo será de R\$ 1.302, mesmo valor a ser pago a segurados que recebem o piso dos benefícios previdenciários, incluindo aposentadorias, pensões, auxílios e o BPC (Benefício de Prestação Continuada) pago a pessoas com deficiência e idosos com renda de até um quarto do salário mínimo por pessoa da família.

O reajuste oficial, porém, só será conhecido em janeiro de 2023, quando o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgar a inflação final deste ano. Os benefícios da Previdência Social são corrigidos com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do ano anterior. Em 2022, o reajuste final foi divulgado pelo governo somente no dia 20 de janeiro.

Para este ano, o governo está prevendo uma inflação de 7,41%. Embora economistas acreditem em queda do índice, a previsão para a alta de preços não mudou entre a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a Lei Orçamentária.

Em 12 meses até julho deste ano, o INPC está em 10,12%, segundo o IBGE. Em julho, o índice teve deflação de 0,60% na comparação com maio, puxado pela queda dos combustíveis após o corte do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 01 de setembro.

Trabalho sem carteira cresce duas vezes mais que o formal e bate recorde.

Desemprego recua. Renda também cai

A taxa de desemprego mantém tendência de queda, atingindo 9,1% no trimestre encerrado em julho, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada nesta quarta-feira (31) pelo IBGE. A menor taxa nesse período é de 2014 (7%). De acordo com o instituto, o número de desempregados foi estimado em 9,882 milhões. Queda de 12,9% no trimestre e de 31,4% em 12 meses.

Apesar dos dados positivos, a redução se dá, em boa medida, pela informalidade, que se mantém na casa dos 40%. Agora, corresponde a 39,8% dos ocupados, ante 40,1% no trimestre anterior e 40,2% há um ano. São 39,3 milhões.

Assim, na comparação com igual período de 2021, o emprego com carteira assinada no setor privado (35,801 milhões de pessoas) cresce 10%. Já o emprego sem carteira (13,075 milhões, o maior número da série histórica) aumenta duas vezes mais: 19,8%. E o trabalho por conta própria (25,873 milhões) sobe 3,5%. Por sua vez, o número de trabalhadores domésticos (5,832 milhões, na maioria empregos sem carteira assinada) cresce 14,1%.

Com isso, mostra o IBGE, o número de ocupados foi a 98,666 milhões, recorde da série histórica, iniciada em 2012. São 2,2% a mais no trimestre e 8,8% em 12 meses. Entre os 8 milhões de ocupados a mais em relação a 2021, o número de sem carteira supera o com carteira, somados todos os segmentos.

Os chamados subutilizados, pessoas que gostariam de trabalhar mais, agora são 24,307 milhões, queda de 6,9% no trimestre e de 24% em um ano. A taxa de subutilização é de 20,9%, a menor desde 2016. Já os desalentados somam 4,229 milhões, quedas de 5% e 19,8%, respectivamente.

Entre os setores, também na comparação anual, o emprego no comércio/reparação de veículos cresce 13,2% (mais 2,238 milhões) e os serviços de alojamento e alimentação, 19,7% (894 mil). A indústria tem alta de 8,2% (966 mil) e a construção, de 7,4% (516 mil). Agricultura/pecuária cai 1,8% (menos 162 mil pessoas).

Estimado em R\$ 2.693, o rendimento médio cresce 2,9% no trimestre, mas cai na mesma proporção em relação a 2021. Também em comparação com o ano passado, a renda dos empregados com carteira cai 3,1% no setor privado e 11,6% no público.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 01 de setembro.

PIB deve mostrar crescimento de 0,9% no 2º trimestre, dizem economistas

Impulsionada pela recuperação do setor de serviços e pelo aumento do consumo das famílias e dos investimentos, a economia brasileira deve registrar crescimento de 0,9% no segundo trimestre de 2022, em relação aos três meses anteriores, segundo levantamento com 40 economistas consultados pela agência Bloomberg.

O PIB (Produto Interno Bruto) do segundo trimestre será divulgado nesta quinta-feira (1º) às 9h pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). No primeiro trimestre, o crescimento foi de 1% na mesma base de comparação.

O período de abril a junho foi marcado por um crescimento forte dos serviços, enquanto indústria e varejo tiveram resultados fracos. Outros fatores que contribuíram para o crescimento do período foram o saque extraordinário de R\$ 1.000 do FGTS e a antecipação da primeira parcela do 13º salário para beneficiários do INSS.

Das 40 estimativas coletadas pela Bloomberg, 39 estão na faixa de 0,6% (Capital Economics) a 1,4% (Banco C6). Há ainda uma de 2,9%, da Petros, fundo de pensão da Petrobras.

O economista Alessandro Barbosa, da Austin Rating, espera um crescimento de 0,7% no trimestre, mais próximo do piso das projeções. Ele afirma ver uma continuidade do processo de recuperação pós 2020.

"Pode ser um pouco mais lento que no primeiro trimestre, mas muito próximo do que já vinha acontecendo, apoiado principalmente pelo setor de serviços, que continua carregando piano nas costas depois de ter sofrido muito", afirma Barbosa.

Para ele, o cenário daqui para a frente é de perda de fôlego, mas com novos incentivos governamentais — aumento do Auxílio Brasil, corte de impostos e redução no preço da gasolina — capazes de evitar um cenário de queda trimestral do PIB neste segundo semestre.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 01 de setembro.